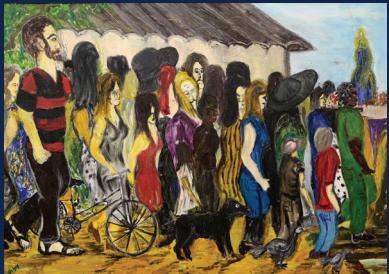


Andry Matilla Correa
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Walber de Moura Agra
Coordenadores



DIREITO ADMINISTRATIVO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Livro em homenagem aos 40 anos de docência
do Prof. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Prefácio | Bruno Novaes B. Cavalcanti



FÓRUM

Coordenadores
Andry Matilla Correa
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Walber de Moura Agra

DIREITO ADMINISTRATIVO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Livro em homenagem aos
40 anos de docência do Prof.
Francisco de Queiroz Bezerra
Cavalcanti

O presente livro tem por objetivo homenagear os 40 anos de docência do Professor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti. Chico, como todos o conhecem, foi Juiz do Trabalho, Juiz Federal, Desembargador Federal e Eleitoral, mas o seu verdadeiro amor sempre foi a FDR – Faculdade de Direito do Recife. Toda sua carreira docente se deu naquela casa onde ingressou como Professor Auxiliar, tornando-se Assistente, Adjunto e depois Titular de Direito Administrativo em novo concurso de provas e títulos. Nem todos sabem que esse vínculo com a Faculdade surgiu ainda na infância, quando ia até lá com seu pai, também Francisco Cavalcanti e Professor de Processo Civil. Sempre teve muito apego à graduação e várias vezes disse em público que o mais importante era ensinar esses jovens que precisavam ser preparados para exercer uma profissão no futuro e quem sabe fazer uma sociedade melhor. Incentivou diversos alunos a ingressar nos Programas de Pós-Graduação em Direito da UFPE, tanto nos cursos de especialização como nas turmas de Mestrado e Doutorado. Foi coordenador da Pós-Graduação e lá orientou diversas dissertações de Mestrado e várias teses de Doutorado. Como Professor participou de muitas bancas de concurso, não só no âmbito da UFPE como também em vários certames para as mais diversas magistraturas. Depois de décadas como magistrado, guardou a toga, mas não conseguiu se afastar da Faculdade de Direito do Recife e atualmente coroa sua trajetória acadêmica como Diretor daquela instituição. Este livro então é feito pelos amigos, que resolveram homenageá-lo com trabalhos de direito público versando sobre temas relevantes e atuais da cena jurídica brasileira.

Prefácio
Bruno Novaes B. Cavalcanti

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E
PÓS-GRADUAÇÃO, PROFESSORES E TODOS
OS OPERADORES DO DIREITO QUE TENHAM
REFERÊNCIA POR ESSAS MATÉRIAS.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO: 10001456

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598

Direito Administrativo e os desafios do século XXI: livro em homenagem aos 40 anos de docência do Prof. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti / Andry Matilla Correa, Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega, Walber de Moura Agra (Coords.). Belo Horizonte : Fórum, 2018.
397p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-85-450-0555-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Prof. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti. I. Matilla Correa, Andry. II. Nóbrega, Theresa Christine de Albuquerque. III. Agra, Walber de Moura. IV. Título.

2018-882

CDD 342

CDU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MATILLA CORREA, Andry; NÓBREGA, Theresa Christine de Albuquerque; AGRA, Walber de Moura (Coord.). *Direito Administrativo e os desafios do século XXI*: livro em homenagem aos 40 anos de docência do Prof. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 397p. ISBN 978-85-450-0555-1.

Andry Matilla Correa é Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade de Havana.

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega é Mestre e doutora pela UFPE e Professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Walber de Moura Agra é Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela Università Degli Studio Di Firenze. Pós-Doutor pela Université Montesquieu Bordeaux. Professor da Universidade Federal do Estado de Pernambuco. Professor Visitante da Università degli Studio di Lecce. Membro do Conselho Científico do Doutorado de Universidade de Lecce. Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais (IBEC IV). Membro Correspondente do Cerdradi – Centre d’Études et de Recherches sur les Droit Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement. Procurador do Estado de Pernambuco. Ex-Membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB. Ex-Vice Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Advogado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Walber de Moura Agra	13
-----------------------------------	----

PREFÁCIO

Bruno Novaes B. Cavalcanti.....	15
--	----

CONSTITUIÇÃO, DESIGUALDADE E DIREITO À INFORMAÇÃO

Ana Paula de Barcellos.....	17
------------------------------------	----

UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE INCENTIVOS FISCAIS, CONCORRÊNCIA NO MERCADO E UMA ADEQUAÇÃO DE METODOLOGIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

André Elali, Evandro Zaranza.....	29
--	----

1 A tributação como instrumento de políticas econômicas e sociais – Uma reaproximação necessária com as finanças públicas e com a ordem econômica.....	29
2 Neutralidade e não discriminação em matéria tributária	32
3 A concepção da concorrência no mercado	38
4 A concessão de incentivos fiscais como mecanismo regulatório – Problemas e proposições. O problema do método. Necessidade de evolução em termos de racionalidade e eficiência. Menos retórica e mais correção das falhas de mercado..	42
5 Considerações finais	48

LA BUENA ADMINISTRACIÓN COMO PRINCIPIO JURÍDICO: UNA APROXIMACIÓN CONCEPTUAL

Andry Matilla Correa	51
-----------------------------------	----

1 Ideas iniciales.....	51
2 La noción de <i>buena administración</i>	55
3 <i>La buena administración</i> como principio jurídico o el <i>principio de buena administración</i>	70
4 Juridicidad y <i>principio de buena administración</i>	74
5 Sobre el contenido y alcance del principio de buena administración: unas reflexiones generales.....	77

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA PELO TERCEIRO SETOR: O CASO DA MICROCEFALIA

Catarina Cardoso Sousa França, Vladimir da Rocha França.....	81
---	----

1 Introdução	81
2 Sobre a microcefalia	82
3 Direito à saúde em face da microcefalia	83
4 A prestação de serviços de saúde pública a crianças com microcefalia pelo terceiro setor.....	86
5 Considerações finais	90
Referências.....	90

LA CUESTIÓN DE LAS POTESTADES PÚBLICAS EN LOS CONTRATOS DE LA ADMINISTRACIÓN

Cristina Vázquez.....	93
------------------------------	----

1 Introducción.....	93
2 El contrato como categoría jurídica. Su evolución	93
3 Posibilidad de los contratos de la Administración.....	97
4 Caracterización jurídica de los contratos administrativos	99
4.1 Criterios de caracterización	99
4.1.1 Criterio de la forma.....	99
4.1.2 Criterio de la jurisdicción competente	99
4.1.3 Criterio del objeto o fin que se persigue con el vínculo contractual.....	99

4.1.4	Criterio de los contratos administrativos por naturaleza.....	100
4.1.5	Criterio de la cláusula exorbitante.....	100
4.2	Críticas a los criterios de caracterización.....	101
5	Doctrina que niega la existencia de los denominados contratos privados de la Administración.....	102
6	Nuestra opinión sobre el contrato de la Administración	104
7	En particular sobre las potestades públicas en los contratos de la Administración..	106
8	Nuestra opinión sobre las potestades públicas en los contratos de la Administración.....	107
8.1	Aproximación preliminar. Equilibrio entre potestades y garantías	107
8.2	El Estado contratante. Un sujeto muy particular.....	108
8.3	Reflexiones finales.....	109

EVOLUCIÓN Y SITUACIÓN ACTUAL DE LA TUTELA JUDICIAL FRENTE A LA INACTIVIDAD ADMINISTRATIVA EN VENEZUELA

Daniela Urosa Maggi.....		113
1	Introducción.....	113
2	Estado de Derecho, inactividad administrativa y tutela judicial efectiva.....	114
3	Breve aproximación al origen y evolución de tutela judicial frente a la inactividad administrativa en Venezuela	115
3.1	Primera etapa: origen del control de las pasividades administrativas en la legislación de 1925 y 1976	115
3.2	Segunda etapa: apertura jurisprudencial a la tutela judicial frente a la inactividad a partir de 2004	116
3.3	Tercera etapa: La Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 2010.....	116
4	Las pretensiones deducibles frente a la inactividad en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa venezolana	117
4.1	Breves referencias a la noción de pretensión procesal como objeto y eje del proceso administrativo.....	117
4.2	Pretensiones deducibles frente a la inactividad administrativa.....	117
4.3	Pretensiones deducibles frente a la inactividad administrativa en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa venezolana	118
4.3.1	La pretensión de condena a actuación	119
4.3.2	La pretensión de condena a la reparación de los daños y perjuicios causados por la inactividad administrativa y su constitucional exclusión como pretensión accesoria en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.....	120
4.3.3	La pretensión de ejecución de actos administrativos firmes	122
5	El procedimiento a seguir para deducir pretensiones de condena a prestación directa en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.....	123
5.1	El procedimiento breve establecido en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.....	123
5.2	Propuestas de <i>lege ferenda</i> para la mejor ordenación de los procedimientos en la justicia administrativa venezolana	124
6	La legitimación establecida en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa para plantear pretensiones de condena a actuación frente a la inactividad administrativa.....	125
6.1	Regulación de la legitimación en la nueva Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa venezolana. El interés jurídico actual como título legitimador común a todos los medios procesales administrativos, incluidas las condenas frente a la pasividad administrativa	125
7	La tutela cautelar frente a la inactividad administrativa en el marco de la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.....	127
7.1	La tutela cautelar administrativa y su regulación en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa	127
7.1.1	Existencia de un poder cautelar amplio y general	127
7.1.2	Existencia de un poder cautelar innominado o <i>numerus apertus</i> . Especial referencia a las medidas positivas o anticipativas	128
7.1.3	Presupuestos procedimentales para el otorgamiento de la medida cautelar. Su particularidad en el marco de la tutela cautelar frente a la inactividad	128
7.1.4	Existencia de un poder cautelar supuestamente “para proteger a la Administración Pública, a los ciudadanos o ciudadanas, a los intereses públicos	

7.1.5	y para garantizar la tutela judicial efectiva y el restablecimiento de las situaciones jurídicas infringidas mientras dure el juicio”	130
8	7.1.5 Procedencia de las medidas que sean pertinentes “siempre que dichas medidas no prejuzguen sobre la decisión definitiva”. Su ilegítima repercusión en la tutela cautelar frente a la inactividad administrativa y su necesaria superación.....	131
8.1	8 Contenido y ejecución de la sentencia de condena a actuación administrativa en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa	132
8.1.1	8.1 Del contenido de la sentencia en el marco de la tutela judicial frente a la inactividad.....	133
8.1.2	8.1.1 De la regulación del contenido de la sentencia de condena a actuación en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.....	133
8.2	8.1.2 Breves lineamientos respecto del contenido de la sentencia de condena a actuación administrativa.....	134
8.2.1	8.2 De la ejecución del fallo en el marco de la tutela judicial frente a la inactividad	135
8.2.2	8.2.1 De la regulación en la Ley venezolana respecto de la ejecución del fallo. Aspectos fundamentales y lagunas legales	135
8.2.3	8.2.2 Ejecución de sentencias de condena a la entrega de un bien.....	135
9	8.2.3 Ejecución de sentencias de condena al cumplimiento de obligaciones de hacer.....	136
9.1	9 Reflexiones finales. Tutela judicial frente a la inactividad y protección de derechos fundamentales	139
9.2	9.1 De la ilegítima limitación del derecho al acceso a la justicia como consecuencia de la exigencia de agotamiento y prueba de gestiones administrativas, previa la interposición de la demanda por abstención	140
	9.2 De la ilegítima desprotección del derecho de petición como consecuencia de la desnaturalización inconstitucional del derecho a oportuna y adecuada respuesta..	141

REGIME JURÍDICO DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS

Edilson Pereira Nobre Júnior	145
1 Introdução	145
2 Uma visão do direito pátrio, a partir e com ênfase na doutrina	147
3 Uma perspectiva dos sistemas jurídicos estrangeiros	153
4 O tema no Supremo Tribunal Federal.....	157
5 A resposta a algumas indagações (à feição de concluir)	163
Referências.....	164

NOTAS PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO FINANCEIRO COMO UM DIREITO SOCIAL

Fernando Facury Scaff	167
------------------------------------	-----

DIÁLOGOS ENTRE O SISTEMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO CPC E OS LITÍGIOS ENVOLVENDO DIREITO À NOMEAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS

Francisco Glauber Pessoa Alves	175
1 Introdução	175
2 Sistema de uniformização de jurisprudência do CPC	177
3 Direito à nomeação em concursos públicos: o caso líder (RE nº 837.311/PI).....	183
4 Conclusão	191
Referências.....	191

CORRENTE CONTRAMAJORITÁRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Ivo Dantas, Thaminne Nathalia Cabral Moraes e Silva, Janini de Araújo Lôbo Silvestre 195	195
Referências.....	209

CUATRO IDEAS EN TORNO A LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Jaime Orlando Santofimio Gamboa	213
1 Introducción: el complejo surgimiento y consolidación de la función social en cuanto carga de la administración. Ruptura	213
2 Primera Idea: León Duguit y la función social como carga natural del Estado y la administración.....	215

3	Segunda Idea: <i>Hermann Heller</i> y la idea de función social y las cargas de la administración en la Base misma del concepto de Estado social de derecho	221
4	Tercera Idea: <i>Ernst Forsthoff</i> y la idea de función social y las cargas de la administración en el Estado asistencialista y prestacional –idea de <i>Daseinsvorsorge</i> –.....	227
5	Cuarta Idea: Hayek, Friedman y Von Mises y la ruptura de la idea de función social como carga y privilegio estatal y de la administración –la función social del mercado–	231
6	Conclusiones	235

COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL: EM DEFESA DE UM MODELO DE REGULAÇÃO INDEPENDENTE E FORTE

João Nuno Calvão	237	
1	Modelo da regulação independente: breves reflexões.....	237
2	Comunicação Social em Portugal: um modelo de regulação independente	238
2.1	ERC: natureza bifronte	238
2.2	ERC: autonomia administrativa, financeira e patrimonial	238
2.3	ERC: poderes.....	239
2.3.1	Poderes regulamentares	239
2.3.2	Poderes de supervisão.....	239
2.3.3	Poderes sancionatórios e de resolução de litígios	240
2.3.4	Poderes consultivos	241
2.4	ERC: independência.....	241
2.4.1	Independência em relação aos regulados	241
2.4.2	Independência face ao Governo.....	242
2.4.2.1	Independência orgânica	242
2.4.2.2	Independência funcional.....	243
2.5	ERC: <i>accountability</i>	243
3	Heterorregulação (pública) independente e modelos alternativos de regulação da Comunicação Social em Portugal	245

EL CONCEPTO DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA EN EL DERECHO VENEZOLANO

José Ignacio Hernández G.	249	
	Introducción.....	249
1	Administración Pública, Estado y poder	250
1.1	La Administración Pública y el poder.....	250
1.2	El Derecho Administrativo como Derecho estatal	252
1.3	Particularidades del Derecho Administrativo venezolano como Derecho estatal	253
1.4	Los condicionantes no jurídicos de la Administración Pública y el Petro-Estado....	256
2	El concepto tradicional de Administración Pública desde el principio de separación de poderes	258
2.1	El concepto de Administración Pública desde la teoría de la separación de poderes.....	258
2.2	La Administración Pública en sentido orgánico.....	259
2.2.1	Contenido y alcance del concepto orgánico de Administración Pública. Su distinción del Gobierno	260
2.2.2	La Administración en sentido orgánico y el ejercicio de las distintas funciones públicas.....	261
2.3	La Administración Pública en sentido funcional.....	263
2.3.1	Preliminar. La confusa distinción entre actividad administrativa y función administrativa	263
2.3.2	Las distintas tesis que tratan de explicar el concepto funcional de Administración Pública.....	264
2.3.3	El ejercicio de la función administrativa por otros órganos del Poder Público y por los particulares. Crítica desde el artículo 141 constitucional.....	267
2.4	A modo de recapitulación: críticas al concepto tradicional de Administración Pública en Venezuela	269
3	La redefinición del concepto de Administración Pública en Venezuela desde la administración vicarial.....	270

3.1	Breves consideraciones sobre el carácter vicarial de la Administración Pública en el Derecho Comparado. Sobre la buena Administración.....	270
3.2	El concepto institucional de Administración Pública desde el artículo 141 de la Constitución. Algunas conclusiones prácticas.....	271
4	La crisis del carácter estatal del derecho administrativo: la Administración Pública global.....	275
4.1	Breve aproximación al efecto de la globalización sobre la Administración Pública.	275
4.2	El surgimiento de la Administración Global y la crisis del carácter estatal de la Administración Pública.....	277

AMBIENTE INSTITUCIONAL E PROTEÇÃO À CONFIANÇA: O REGIME DE GARANTIAS NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Luís Fernando Lima de Oliveira	281
1 Introdução	281
2 As regras do jogo.....	282
2.1 Ambiente institucional e proteção legítima à confiança.....	282
2.2 Os riscos das instituições brasileiras	283
2.3 Postulado da eficiência e interpretação dos contratos.....	284
3 Garantias das parcerias público-privadas	286
3.1 A experiência internacional das parcerias público-privadas.....	286
3.2 Alocação de riscos nas parcerias público-privadas brasileiras.....	288
3.3 Garantias das parcerias público-privadas brasileiras	290
4 Conclusão	292
Referências.....	293

OS LIMITES E A APLICAÇÃO DA TAXA INTERNA DE RETORNO

Marcos Nóbrega	295
A Taxa Interna de Retorno como instrumento de avaliação de rentabilidade.....	296

LAS TRANSFORMACIONES DE LAS POTESTADES DISCIPLINARIAS PERUANAS

Orlando Vignolo Cueva	303
1 El contexto general de los vigentes regímenes disciplinarios peruanos (los de alcance general)	303
2 En específico, algunos datos adicionales sobre el <i>tránsito</i> hacia el régimen disciplinario del Servicio Civil	312
3 Cuestiones finales. Notas respecto del antijurídico Acuerdo Plenario nº 01-2013-CG/TSRA	317
3.1 La garantía del <i>nom bis in idem</i> y su aplicación ante los ejercicios disciplinarios	319
3.2 El contenido de la garantía ante los ejercicios de potestades disciplinarias.....	325
3.3 La garantía del <i>non bis in idem</i> y la responsabilidad administrativa. Precisiones ante las distorsiones creadas por el Precedente analizado	328
3.4 Crítica final y conclusiva al Acuerdo Plenario nº 01-2013-CG/TSRA	332
3.4.1 Primer fundamento del precedente y sus argumentos en contrario: “la relación de trabajo como manifestación del poder disciplinario”	332
3.4.2 Segundo fundamento del precedente y sus argumentos en contrario: “el régimen de responsabilidad administrativa funcional no es un sistema disciplinario”	335
3.4.3 Tercer fundamento del precedente y sus argumentos en contrario: “las normas comunes del procedimiento administrativo (y en concreto del régimen sancionador) ceden ante la especialidad del régimen de responsabilidad administrativa funcional”	338

EFETIVAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS UNIDADES DE SAÚDE QUE FORNECEM MAMOGRAFIA NO MUNICÍPIO DO RECIFE

Rafael Lima Castelo Branco Ferreira, José Mário Wanderley Gomes Neto	341
1 Introdução	341
2 A saúde coletiva como ferramenta de efetivação do direito constitucional à saúde.	342
2.1 Saúde pública x saúde coletiva.....	342
2.2 O princípio da integralidade x eficiência administrativa.....	344
2.3 A aplicação da integralidade sistêmica como meio de estruturação organizacional dos serviços de saúde	348

2.4	A contribuição das ciências sociais ao desenvolvimento positivo da saúde coletiva	349
3	O acesso à mamografia no âmbito da saúde pública: uma análise das unidades de saúde do município de Recife	351
3.1	Breves considerações sobre o câncer de mama.....	351
3.2	A mamografia como meio de prevenção do câncer de mama	352
3.3	O acesso à mamografia no município do Recife: tempo de espera para realização do exame.....	353
3.3.1	Metodologia: fontes de dados	353
3.3.2	Resultado da análise do Sistema de Informação do Programa de Controle do Câncer de Mama – SISMAMA	354
4	Conclusões	359
	Referências.....	360

AS AUTARQUIAS NO COMPASSO E NO DESCOMPASSO DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Theresa Christine de A. Nobrega	363	
1	Sobre as agências.....	370
2	Sobre as agências executivas	370
3	Das agências reguladoras.....	372
	Referências.....	377

OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A PÓS-MODERNIDADE

Walber de Moura Agra	379	
1	Administração Pública	379
2	Princípios e regras.....	381
3	Princípios da Administração Pública	383
3.1	Princípio da legalidade.....	384
3.2	Princípio da moralidade.....	385
3.3	Princípio da imensoalidade	386
3.4	Princípio da publicidade	386
3.5	Princípio da eficiência.....	387
4	Pós-modernidade e crise do direito legislado.....	388
5	A vanguarda do princípio da legalidade na pós-modernidade	390
	Referências.....	391

SOBRE OS AUTORES.....	395
-----------------------	-----